

CONTRATO 020/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS EM ATENDIMENTO A GUARDA MIRIM, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS E A EMPRESA CLAITON FERNANDO TODESCHINI.

Pelo presente instrumento, tendo de um lado o **Estado do Paraná**, por sua **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS**, inscrito no CNPJ sob nº 09.088.839/0001-06, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Palácio das Araucárias, Centro Cívico, nesta Capital, neste ato representada pela sua Secretária, **Fernanda Bernardi Vieira Richa**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **Claiton Fernando Todeschini**, inscrita no CNPJ sob nº 06.138.324.0001-77 com sede na Rua Antonio Gentil, 382, Vila Luiz Baron, Colombo/PR, neste ato representada por Claiton Fernando Todeschini, inscrito no RG sob nº 4.120.550-4/PR, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, para prestação de serviço de fornecimento de refeições, em decorrência do procedimento licitatório protocolizado sob nº 11.155.685-7, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, da Lei nº 15.608/07, de 16/08/07 e demais dispositivos aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o fornecimento de refeições prontas (café da manhã, almoço e lanche da tarde), tipo marmitex, para os adolescentes atendidos pelo Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes – Guarda Mirim, conforme descritivos técnicos constantes no Anexo II.

Parágrafo primeiro. São refeições com entregas diárias, ininterruptas, inclusive feriados, observadas ainda o preparo, cocção, distribuição, higienização e transporte, com o fornecimento de embalagens, matéria-prima, mão-de-obra especializada, conforme especificações contidas nos lotes. A constatação de má higienização acarretará a recusa do recebimento.

a) as quantidades máximas diárias descritas no Anexo II são meramente referenciais;

podendo ter acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto contratado, não significando, em hipótese alguma, certeza de faturamento mensal pela CONTRATADA, que deverá faturar apenas o efetivamente entregue durante o mês.

b) além das quantidades de refeições estabelecidas no quadro de demanda diária, a empresa CONTRATADA deverá fornecer uma amostra de cada tipo de refeição fornecida no dia, que será mantida sob refrigeração, para eventuais análises laboratoriais. Os locais de entrega e quantitativo por unidade estão especificados conforme Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 10 (dez) meses a partir da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Pelo fornecimento da alimentação a CONTRATADA receberá o valor mensal de até R\$55.770,00 (cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta reais), perfazendo o valor total para o contrato de até R\$557.700,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil e setecentos reais), conforme valores unitários indicados abaixo:

- a) café da manhã – Valor Unitário R\$2,10 (dois reais e dez centavos).
- b) almoço – Valor Unitário R\$4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos).
- c) lanche da tarde – Valor Unitário R\$2,10 (dois reais e dez centavos)

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente Contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária 5502.08242174.214 – Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção a Criança e Adolescente, rubrica orçamentária 3390.3918 – Fornecimento de Alimentação, Fontes de Recursos 100, 109 e 142.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado de conformidade com o artigo 40, inciso XIV, letra “a” da Lei 8.666/93, no Banco, Agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, após a prestação dos serviços.

Parágrafo Primeiro. As notas fiscais e faturas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional.

Parágrafo Segundo. Não será efetuado pagamento da parcela para a CONTRATADA caso seja penalizada, sem que a mesma tenha recolhido a multa aplicada.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA deverá apresentar, como condição para recebimento de cada parcela contratual faturada a relação de todos os empregados envolvidos no objeto ora contratado, com as seguintes cópias autenticadas:

I. certidão negativa de Débitos perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS,

referente ao mês imediatamente anterior;
II. cópias autenticadas das guias de recolhimento da contribuição previdenciária devidamente quitadas;
III cópias autenticadas das guias de recolhimento do FGTS, devidamente quitadas e relação de empregados - RE. envolvidos na execução do objeto contratado;
IV. cópias autenticadas das folhas de salário dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual; e
V. declaração do empregador, ou do responsável pela gestão ou direção da empresa, dando conta da regular quitação de todos os direitos sociais trabalhistas de seus empregados.

Parágrafo Quarto. Para o recebimento de cada parcela contratual a CONTRATADA a fatura deverá vir acompanhada da Nota Fiscal devidamente atestada, comprovando o efetivo fornecimento das refeições nas quantidades apontadas. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, CNPJ/MF n.º 09.088.839/0001-06, juntamente com as certidões de regularidade fiscal junto a Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio da Empresa, INSS e FGTS, conforme estabelecido na Resolução Conjunta PGE/SEFA de n.º 002/2007, e ainda artigo 99, inciso XIV da Lei Estadual n.º 15.608/07 e artigo 55, inciso XII da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo Quinto. Caso a fatura apresentada não venha acompanhada de Nota Fiscal ou esta apresente incorreções em seu preenchimento, esta deverá ser imediatamente devolvida para ratificação, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

Por ocasião da assinatura do presente contrato, a CONTRATADA depositou, a título de caução e como garantia de cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância de R\$27.885,00 (vinte e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Primeiro. No caso de garantia na modalidade “Seguro-Garantia”, esta deverá ter validade por 10 meses.

Parágrafo Segundo. As garantias, em quaisquer das modalidades indicadas na Lei n.º 8.666/93 e na Lei Estadual n.º 15.608/2007, deverão ser recolhidas junto a CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA, para a assinatura do contrato, deverá apresentar o comprovante da prestação da garantia, correspondente a modalidade escolhida.

Parágrafo Quarto. Caso seja prorrogado o prazo do contrato, deverá ser apresentada nova garantia, nas mesmas modalidades do art. 56 da Lei 8.666/93, no mesmo

percentual previsto nesta Cláusula, objetivando assegurar o novo prazo contratual.

CLAUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Em caso de prorrogação da vigência do presente contrato, observar-se-á o previsto nesta cláusula.

Os preços acordados poderão ser alterados, depois de decorridos 12 (doze) meses por reajuste, repactuação ou revisão, a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei nº 10.192/01, Acórdão TCU nº 1563/2004 – Plenário e artigo 65, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro. Será admitida a repactuação desde que observado o interregno mínimo de um ano, com a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, através da planilha prevista no orçamento básico e proposta, onde conste inserida mão-de-obra e demais insumos inerentes à atividade CONTRATADA.

Parágrafo Segundo. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano, conta-se a partir da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo que, nessa última hipótese, considera-se como data do orçamento a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que, estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA deverá requerer a repactuação a partir da data do novo acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, até a data final do contrato sob pena de preclusão do direito.

Parágrafo Quarto. No caso das repactuações subsequentes à primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano conta-se a partir da data da última repactuação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 e alterações e no art.112 da Lei Estadual nº15.608/2007.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se compromete a:

- I. apresentar a ficha técnica dos produtos destinados à alimentação dos adolescentes;
- II. assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste Contrato;
- III. entregar as refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde) de acordo com as quantidades e horários de entrega solicitados pela CONTRATANTE, livre de quaisquer outros encargos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas ou embalagens, presentes às



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

Notas Fiscais correspondentes;

IV. fornecer diariamente (de segunda-feira a domingo, inclusive feriados) as refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde);

V. encaminhar cardápio à Nutricionista da CONTRATANTE até o dia 15 do mês anterior à sua execução. A mesma poderá apresentar sugestões de modificações, se houver, e encaminhará as alterações à CONTRATADA, por escrito, em até 05 dias úteis do recebimento do cardápio. Este tipo de pedido de alteração cabe apenas à Nutricionista da CONTRATANTE.

VI. encaminhar à direção do Cense (para conhecimento) até o dia 25 do mês anterior, o cardápio a ser executado no mês, elaborado por nutricionista responsável técnica com registro vigente no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN);

VII. informar à direção do Cense e à Nutricionista da CONTRATANTE, por escrito com no mínimo 24 horas de antecedência, qualquer alteração no cardápio previsto;

VIII. arcar com todas as despesas, em caso de não aceitação/aceitabilidade das refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde) por estar (em) em desacordo com as especificações previstas em edital e providenciar a reposição entrega das refeições, em quantidade e qualidade suficientes, no prazo de até 01 hora do horário de entrega das refeições rejeitadas;

IX. manter um responsável técnico pela alimentação servida, à disposição da CONTRATANTE, para eventuais ocorrências, inclusive nos finais de semana e feriados;

X. garantir a cobertura total de atendimento médico-hospitalar, medicamentos no caso de surto alimentar, intoxicações ou qualquer outro dano à saúde dos adolescentes e funcionários desde que comprovada a sua responsabilidade sem ônus para a CONTRATANTE;

XI. garantir a cobertura total de análises laboratoriais das amostras armazenadas de alimentos nos casos de surto alimentar, intoxicações ou qualquer outro dano à saúde dos adolescentes e funcionários sem ônus para a CONTRATANTE;

XII. responsabilizar-se pelos produtos a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização bem como a contratação, às suas expensas, da mão-de-obra necessária à execução dos serviços;

XIII. possuir vínculo empregatício exclusivamente com as pessoas que venham a executar os serviços, sendo esta titular responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamentos dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas, quando em serviço, na forma expressa e considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento de Seguro de Acidentes de Trabalhos;

XIV. indicar um responsável para manter todos os entendimentos que se fizerem necessários com a CONTRATANTE, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, caso tenha sua sede em outro município e para perfeita execução dos serviços;

XV. fornecer em perfeito estado de conservação os equipamentos próprios para o transporte das refeições – hotboxes - (café da manhã, almoço e lanche da tarde) até o local, garrafas térmicas, containers e cubas inox, sacos plásticos atóxicos (salada), embalagens apropriadas para pães, recipientes para acondicionamento e transporte em



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

geral e utensílios para o servimento;

XVI. promover a manutenção do balcão térmico, quando a estrutura física do Centro de Sócioeducação permitir este tipo de servimento, visando a manutenção da temperatura adequada durante a período de distribuição.

XVII. responsabilizar-se pelo recolhimento, de acordo com a legislação vigente, das sobras limpas de alimentos e embalagens tipo marmitex utilizadas. Fala-se de sobra "limpa", não de lixo

XVIII. possuir cozinha estabelecida no município ou região metropolitana onde se localiza o (os) Centro(s) de Sócioeducação e Casa (s) de Semiliberdade, há pelo menos 12 meses, com licença da vigilância sanitária municipal expedida e vigente para a preparação das refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde);

XIX. apresentar dentro de prazo determinado pela CONTRATANTE, ação corretiva e preventiva implementada para eliminar a(s) causa(s) da não conformidade, sem que represente ônus para a CONTRATANTE, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita. Tendo sido verificado qualquer não conformidade no atendimento, por meio de notificação por escrito através de formulário próprio da CONTRATANTE;

XX. aplicar o MBPF (Manual de Boas Práticas de Fabricação), seguindo os preceitos da RDC 216/2004 em todos os processos, mantendo registros de controle de produção, monitoramento de processos e fluxos, monitoramento de produto, controle de produtos não conformes e a rastreabilidade do produto, visando monitoramento da qualidade total dos produtos/serviços prestados. Mantê-lo em local visível no local de preparo das refeições e disponível para consulta por parte da CONTRATANTE a qualquer tempo.

XXI. responsabilizar-se pela temperatura mínima de entrega (60c) e pela qualidade físico-química e sanitária da alimentação fornecida;

XXII. proceder a devida reposição sem prejuízo à CONTRATANTE, caso ocorra atrasos ou outros prejuízos pelo número de atendentes, dadas especificidades possíveis de cada Unidade;

XXIII. ressarcir o mais breve possível, sobre todos os danos causados ao local por utilização indevida de equipamentos, utensílios, ou mesmo descuido de funcionários da CONTRATADA;

XXIV. fornecer todo material de limpeza necessário para higienização do local de servimento, sem ônus para a CONTRATANTE;

XXV. fornecer materiais novos para o início do atendimento, conforme relação a seguir e, quando necessário, fazer a renovação total destes materiais:

a) bandejas plásticas para distribuição do lanche, para transporte de frutas, caixas plásticas para pães e caixas hotbox : troca a cada 01 (um) ano ou antes se houver necessidade.

b) utensílios de inox, tais como: talheres conchas, escumadeiras, colheres grandes, pratos para almoço, se for o caso, cubas com tampa (parte interna do hot box) : troca a cada 3 anos ou antes se houver necessidade.

c) garrafas térmicas: troca anual ou antes se houver necessidade. As garrafas para café deverão ser de cor diferenciada, por exemplo cor azul, diferente das destinadas para produtos lácteos , exmplo vermelha.

d) situações não citadas aqui deverão ser consideradas de maneira que a integridade de cada material preserve a facilidade de higienização e a sua finalidade fim sem o comprometimento da prestação de serviços.

XXVI. toda matéria-prima (gêneros), condimentos ou quaisquer outros componentes utilizados na elaboração das refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde), bem como de seus acompanhamentos e complementos, deverão ser obrigatoriamente de primeira qualidade e estar em perfeitas condições de conservação, higiene e apresentação, conforme dispõe a ANVISA e a **Tabela de Referência Nutricional e demais anexos especificados em Edital;**

XXVII. quantificar os gêneros alimentícios as preparações constantes no cardápio;

XXVIII. proibir o transporte de pessoas em veículos, no mesmo compartimento utilizado para transporte de alimentos;

XXIX. realizar e se responsabilizar pelo transporte das refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde) em carros isotérmicos, em condições adequadas de higiene, com funcionários devidamente uniformizados;

XXX. acondicionar as refeições servidas quentes em recipientes de inox rasos e fundos, estes dentro de recipientes isotérmicos e que mantenham a temperatura de 60°C para alimentos quentes e até 10°C para alimentos frios. Os alimentos não poderão permanecer nos recipientes de distribuição por tempo superior a 6 (seis) horas, a contar do acondicionamento até o início do servimento, ou seja, nos horários estabelecidos pela CONTRATANTE;

XXXI. efetuar, diariamente, após o término das atividades, a sanitização do ambiente, matérias e utensílios (tampas para preparação, caixas para acondicionamento de gêneros, equipamentos onde são processados os alimentos etc.), com produtos sanitizantes de comprovada eficiência, registrado no órgão oficial competente, fora das dependências da Unidade;

XXXII. manter diariamente na empresa e na Unidade, às suas expensas e meios, e em embalagens apropriadas, pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas, amostras sob refrigeração (tanto no local de produção quanto no local de distribuição) idênticas às refeições completas servidas, para posteriores análises que se fizerem necessárias;

XXXIII. observar estritamente o horário de entrega das refeições, conforme segue, cabendo à Unidade destinatária rejeitar a entrega, caso ocorra fora do horário previsto, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;

a) café manhã = Horário de entrega na Unidade (média): Entre 06:00 e 07:00h;

b) almoço = Horário de entrega na Unidade (média): Entre 10:30 e 11:30h;

c) lanche da Tarde = Horário de entrega na Unidade: Entre 14:00 e 15:00h; e

caso os pães e perecíveis, quando houver, sejam acondicionados em embalagens próprias, sob refrigeração, e no caso de não haver necessidade de reaquecimento (leite), os lanches da tarde poderão ser entregues junto à entrega do almoço.

XXXIV. efetuar qualquer alteração do cardápio somente mediante aprovação por escrito pela CONTRATANTE, através de comunicação à Nutricionista da CONTRATANTE e à



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

Direção do Cense, desde que informada pela CONTRATADA também por escrito em até 24 (vinte e quatro) horas antes da respectiva execução;

XXXV. entregar os alimentos isentos de contaminação e/ou quaisquer elementos estranhos à preparação;

XXXVI. distribuir as refeições em embalagens individuais descartáveis observados o tamanho, peso, variedade e qualidade estipulados na **Tabela de Referência Nutricional** - Edital PE 27/2011;

XXXVII. entregar as refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde) nos endereços estipulados em Edital.

XXXVIII. deverá respeitar o que determinam as Normas de Segurança e Higiene do Trabalho na execução dos serviços, de acordo com as disposições pertinentes da Consolidação das Leis do Trabalho e com a orientação da CONTRATANTE;

XXXIX. apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE outros exames relacionados com o diagnóstico e profilaxia de doenças infecto-contagiosas, cujo custo será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

XL. deverá apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, documentos que comprovem a origem dos produtos, bem como amostra de qualquer gênero e material a ser aplicado na execução dos serviços;

XLI. deverá permitir a entrada da Nutricionista da CONTRATANTE na cozinha da CONTRATADA a qualquer tempo e sem aviso prévio;

XLII. administrar os serviços a seu cargo de maneira eficiente, objetivando total higiene, segurança física, qualidade e rapidez no fornecimento, mantendo um responsável técnico Nutricionista à disposição da CONTRATANTE para atendimento a eventuais ocorrências bem como o número de nutricionistas habilitadas e necessárias ao perfeito atendimento e execução dos serviços contratados;

XLIII. fornecer, quando solicitado pela CONTRATANTE, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;

XLIV. apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a origem dos produtos, bem como amostra de qualquer gênero e material a ser usado na execução dos serviços, e também programa de análise de perigos e pontos críticos de controle a ser cumprido, a fim de garantir a inocuidade sanitária dos alimentos;

XLV. proceder, trimestralmente, à dedetização e à desratização de todas as dependências da empresa e cozinhas, fornecendo a CONTRATANTE comprovante da execução dos serviços sempre que solicitado;

XLVI. manter contato com a CONTRATANTE sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência na execução dos serviços, que deverão sempre ser confirmados por escrito, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do contato verbal;

XLVII. responsabilizar-se por quaisquer danos causados por si, seus empregados e fornecedores a CONTRATANTE ou a terceiros, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir, efetuando o ressarcimento pelos prejuízos causados. Incluem-se nas hipóteses deste item os danos decorrentes da destruição total ou parcial do prédio;

XLVIII. responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais,



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

seguros de acidentes, comerciais, ou quaisquer outros encargos previstos em lei, resultantes do contrato, sendo que a inadimplência com referência aos encargos referidos, não transfere a CONTRATANTE responsabilidade de seu pagamento, ressalvada a hipótese prevista no Artigo 4º da Lei nº 9.032 de 28/04/1995, que alterou os parágrafos 1º e 2º do Artigo 31 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e alterações, nem poderá onerar o objeto do contrato;

XLIX. fornecer os pães já com recheio conforme cardápio (ex: doce, margarina, etc) no local de distribuição, para melhor garantir a quantidade per capita estabelecida e a temperatura adequada (refrigerados até 10°C e quentes acima de 60°C), com o devido asseio;

L.. fornecer aos seus funcionários encarregados da produção da alimentação uniforme composto de: jaleco branco, touca para proteção dos cabelos e luvas descartáveis, calçado fechado, com o devido asseio, e ainda fornecer ao Cense toucas descartáveis sempre que solicitado, visando a distribuição higiênica das refeições entre os alojamentos;

LI. promover o treinamento (na contratação e semestralmente) do pessoal referido no item anterior, visando medidas de higiene e segurança para garantia da qualidade da distribuição dos alimentos;

LII. substituir imediatamente a preparação recusada pela CONTRATANTE e quando não for possível, por uma preparação similar no aspecto nutricional e aceitabilidade;

LIII. submeter-se a uma análise permanente em todo o processo, do armazenamento dos gêneros alimentícios, até o fornecimento das refeições, inclusive com visitas periódicas de Órgão técnico e/ou da CONTRATANTE às instalações da CONTRATADA;

LIV. possuir a certidão de Registro e Quitação – CRQ da pessoa jurídica, atualizada, junto ao Conselho Regional de Nutricionistas – CRN, em plena validade, acompanhado de certidão negativa de débito, nos termos do art. 15, Parágrafo único da Lei n.º 6.583/78, do art. 18 do Decreto n.º 84.444/80 e da Resolução CFN n.º 378/05 do Conselho Federal de Nutricionistas;

LV. possuir licença Sanitária atualizada expedida pela autoridade competente;

LVI. Possuir a comprovação do Registro do Responsável Técnico pelas atividades de alimentação e nutrição da pessoa jurídica, junto ao Conselho Regional de Nutricionistas - CRN, acompanhada de Certidão Negativa de Débito, nos termos dos arts. 11 e 12 da Resolução CFN n.º 378/05 do Conselho Federal de Nutricionistas ;

LVII. comprovar o vínculo de relação jurídica formal entre a pessoa jurídica e o responsável técnico, podendo ser o registro de contrato de trabalho na CTPS ou contrato escrito de prestação de serviços sem vínculo empregatício, nos termos do art. 1º, 37 da Resolução CFN n.º 378/05 do Conselho Federal de Nutricionistas;

LVIII. respeitar o que determinam as Normas de Segurança e Higiene do Trabalho na execução dos serviços, de acordo com as disposições pertinentes da Consolidação das Leis do Trabalho e com as orientações da CONTRATANTE, promovendo semestralmente o treinamento de todos os empregados no que se refere a medidas de higiene e segurança, para a proteção de contaminação química, física e microbiológica;

LIX. apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, exames médicos das pessoas que trabalharem no pré-preparo, preparo, cocção e distribuição de gêneros



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

alimentícios e recebimento e depósito de matérias-primas usadas na sua produção, sendo que os exames enunciados neste item deverão ser referenciados por Médico do Trabalho da CONTRATADA ou outro conveniado, e que poderão, inclusive, estar relacionados com o diagnóstico e profilaxia de doenças infecto-contagiosas;

LX. comunicar à CONTRATANTE, por escrito e de imediato, o afastamento do trabalho, de qualquer empregado, por motivo de doença pulmonar ou de vias respiratórias, lesões dermatológicas ou outras moléstias consideradas repelentes;

LXI. fornecer aos empregados e fiscalizar a utilização de luvas quando da manipulação direta de gêneros alimentícios sensíveis à contaminação, bem como aos empregados que apresentarem pequenos ferimentos nas mãos e nos braços e enfermidades como: gripe, amigdalite, infecções dentárias, respiratórias e da boca, devendo os mesmos serem imediatamente afastados de tarefas diretamente envolvidas com a preparação de alimentos até completa recuperação;

LXII. fornecer aos empregados e fiscalizar o uso de rede própria sob touca, a fim de manter os cabelos totalmente protegidos e evitar, assim, eventuais quedas nos alimentos, sendo vedada a utilização de grampos ou outro objeto para fixação da rede referida neste item;

LXIII. impedir que empregados transportem ou levem nas roupas e bolsos quaisquer objetos que possam cair nos alimentos, tais como: canetas, lápis, termômetros, ferramentas, talheres, alfinetes, presilhas, cigarros, celulares, etc;

LXIV. aplicar aos empregados que prestam serviços administrativos ou auxiliares bem como aos visitantes, quando adentrarem nas áreas de pré-preparo e preparo, as mesmas restrições cabíveis aos empregados que trabalham nestas áreas;

LXV. manter as portas de acesso à cozinha (área de pré-preparo, preparo e expedição) providas de dispositivos eficazes que vedem totalmente a penetração de insetos, sendo que as janelas, para o mesmo fim, terão proteção de telas;

LXVI. impedir que empregados fumem durante todo o período de atendimento nos refeitórios;

LXVII. utilizar, em todo o preparo de alimentos, equipamentos e utensílios adequados, em perfeito estado de conservação e higienizados;

LXVIII. manter as áreas de acesso de pessoal e de manipulação de alimentos, lavatórios providos de sabão líquido sanitizante para a higienização das mãos, bem como, papel-toalha ou ar quente e recipiente fechado para depositar o lixo;

LXIX. revisar, periodicamente, os equipamentos que possuem parafusos, porcas, rebites ou partes removíveis a fim de evitar que os mesmos caiam acidentalmente nos alimentos;

LXX. proceder periodicamente à aferição das balanças que servem para a pesagem das refeições a serem servidas, fornecendo cópia do certificado à CONTRATANTE;

LXXI. acrescentar uma margem de segurança de 03 %(três por cento) ao número de refeições servidas à granel;

LXXII. transportar os Hot Box até as áreas de servimento das Unidades da CONTRATANTE; e

LXXIII. Atender as exigências dos Anexos ao Edital PE 27/2011 parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATANTE deverá:

- I. reservar-se do direito de a qualquer tempo, paralisar ou suspender o fornecimento das refeições, mediante pagamento único e exclusivo daquela(s) já fornecida(s) e devidamente atestado pelo Departamento competente;
- II. realizar inspeções periódicas, para a verificação do controle da qualidade dos gêneros alimentícios e das refeições fornecidas, em todas as etapas do referido processo, ou seja, no preparo, cocção, distribuição, higienização e transporte, bem como nas instalações, equipamentos, utensílios, matéria-prima e mão-de-obra especializada, utilizando quando necessário, as instalações próprias para proceder as análises pertinentes às ocorrências relatadas, emitindo relatórios destas inspeções (Os custos dos testes laboratoriais ficarão por conta da CONTRATADA);
- III. fazer inspeção, podendo exigir da CONTRATADA a comprovação de compra dos materiais através de notas fiscais;
- IV. monitorar os preços dos gêneros alimentícios que integram os cardápios, através de aferição dos preços praticados no mercado atacadista. Caso se verifique majoração de preços, poderá ser autorizada pela CONTRATADA a substituição do produto por outro, de equivalente valor calórico e nutritivo. Tal monitoramento se dará para verificação dos custos em relação ao preço/refeição, podendo importar, inclusive, em diminuição do referido preço;
- V. proceder o recebimento das refeições, conferir as quantidades e peso e assinar nota de entrega (nome legível, matrícula, data, hora e assinatura);
- VI. recusar o lote de refeições fornecidas, quando forem constatadas quantidades ou qualidade diferente daquelas pré-estabelecidas ou má higiene nas condições de transporte, exigindo a substituição imediata das refeições;
- VII. fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvado os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvida e orientá-lo em todos os casos omissos constantes do presente ajuste; e
- VIII. manter os entendimentos de serviços com a CONTRATADA, sempre por escrito, ressalvados os casos determinados pela urgência das medidas, os quais deverão ser confirmados por escrito, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do contato verbal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

- I. advertência;
- II. multa moratória diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total da nota de empenho, em caso de atraso na entrega do objeto, de acordo com os prazos estabelecidos no capítulo 4 do Edital, até o limite de 30% (trinta por cento), cumulativa, até a sua regularização, e recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;
- III. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no

caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

IV. suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e incisos da Lei Estadual 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

V. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto nos Artigos 161 e 162 da Lei Estadual 15.608/2007.

VI. a administração poderá descontar dos pagamentos a serem feitos a contratada o respectivo valor da multa, sem prejuízo de prévia comunicação.

VII. as penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, instaurado pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

VIII. nos casos de reincidência no descumprimento do prazo para entrega e substituição dos produtos contratados, poderá a Administração, após as devidas notificações e aguardando o contraditório, rescindir o Contrato e seguir a ordem classificatória do procedimento licitatório, sem prejuízo das demais sanções aqui previstas.

Parágrafo Primeiro. As penalidades aqui previstas serão aplicadas à CONTRATADA sem prejuízo a eventuais indenizações por danos causados aos adolescentes e funcionários.

Parágrafo Segundo. A aplicação das sanções previstas em razão da prática de falta gravíssima, grave ou leve fica condicionada a existência de dano real e efetivo, não bastando a constatação da eventual potencialidade do dano.

Parágrafo Terceiro. As penalidades solicitadas serão anotadas no Cadastro de Fornecedores do Estado do Paraná, apontando-se, além da pessoa jurídica, o nome dos sócios ou representantes que constarem no contrato social.

Parágrafo Quarto. A aplicação de penalidades não prejudica o direito da CONTRATANTE recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato, ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

Parágrafo Quinto. As sanções previstas acima admitem a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS CASOS DE RESCISÃO

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato assegurará à CONTRATANTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei n.º 8.666/1993 em sua atual redação, combinado ao Título IV – Capítulo I da Lei

Estadual 15.608/2007, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro. Fica a critério do representante da CONTRATANTE declarar rescindido o contrato, nos termos do “caput” desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Segundo. Fica este contrato rescindido de pleno direito pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da CONTRATADA:

- I. não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- II. cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- III. atraso injustificado da entrega do bem licitado.
- IV. decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro. A rescisão contratual também operar-se-á nos seguintes casos:

- I. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.
- II. supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/1993.
- III. atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- IV. ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- V. descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, com redação dada pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

Parágrafo Quarto. A rescisão deste contrato poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados neste termo contratual;
- II. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III. judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual;

Parágrafo Quinto. Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tramam,

respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO

A CONTRATANTE, gerenciará o presente contrato através de sua Nutricionista Juliana Schneider, cujo registro no CRN é n.º 1548 8ª Região.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se a este contrato as disposições da Lei nº 8.666/93 e respectivas alterações e a Lei Estadual nº 15.608/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Elegem as partes o foro da Cidade de Curitiba com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais pendências emergentes do presente instrumento contratual.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 30 de abril de 2012.



Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretaria de Estado da Família e
Desenvolvimento Social - SEDS



Claiton Fernando Todeschini
Claiton Fernando Todeschini - ME

Testemunhas:

01. RG. n°

02. RG. N°



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

ANEXO I

Aquisição de refeições tipo marmiteix para o Centro Comunitária Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim , conforme quantitativo diário e nos endereços abaixo discriminados.

Quantidade De até / dia	Descrição do item
300	Café da manhã
300	Almoço
300	Lanche da tarde

GUARDA MIRIM
Rua Anita Garibaldi, 2395
CEP.82.210-000
Curitiba/PR

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

REFEIÇÕES PARA OS ADOLESCENTES E SERVIDORES – TIPO MARMITEX

QUANTIDADE: (café da manhã, almoço, lanche da tarde) para atender aos adolescentes e servidores. São refeições com entregas diárias, ininterruptas, inclusive sábados, domingos e feriados, com as seguintes especificações mínimas:

REFEIÇÕES COMUNS – CARDÁPIO MÍNIMO

A EMPRESA VENCEDORA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO FORNECERÁ DESJEJUM, ALMOÇO E LANCHE DA TARDE DIARIAMENTE, INCLUSIVE SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS.

ESPECIFICAÇÕES ALMOÇOS :

Balanceamento:

Média entre 1.200 a 1400 kcal (um mil e duzentas a um mil e quatrocentas calorias) por refeição- ,provenientes de carboidratos (60%), lipídios (25 %) e proteínas (15%).

Tamanho:

PESO MÍNIMO 700G sem considerar salada e sobremesa (servidos a parte).

Embalagens:

Porção quente- (arroz/feijão/carne/complemento)– EMBALAGEM DE ISOPOR/ALUMÍNIO TIPO MARMITEX N° 9 – mínimo 187 x 52 mm.

Porções frias - (saladas – folhas verdes e vegetais) - SACOS PLÁSTICOS PRÓPRIOS PARA ALIMENTOS - ATÓXICOS – capacidade 100g liq.

Frutas frescas cortadas e descascadas - SACOS PLÁSTICOS PRÓPRIOS PARA ALIMENTOS - ATÓXICOS - capacidade 100g liq.

Qualidade de produtos:

Arroz - Parboilizado, classe longo, fino, agulha, tipo 1

Feijão - carioquinha/preto, novo, grupo anão, tipo 1

Carnes - Com certificados de procedência e S.I.F.

Vegetais cozidos - 1° Qualidade , (preferencialmente os de época, variados e alternados)



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

Vegetais crus - 1ª Qualidade, (preferencialmente os de época, variados e alternados)
Frutas - 1ª Qualidade, (preferencialmente as de época, variadas e alternadas,
descascadas e picadas quando for o caso)

Porção protéica:

Bovina - 1ª Qualidade – magra - Traseiro (patinho/ cochão mole /posta branca ou moída –
sem osso.

Suína – 1ª Qualidade – magra – máximo 20% de gordura, sem osso.

Aves - Frango- peito, coxas e sobrecoxas- sem osso.
(não se aceitam pés, cabeça, pescoço e vísceras)

Peixes - Postas ou filés, (preferencialmente assados sem recheios ou cabeças e rabos)

Vísceras – (mediante concordância da Direção do CENSE. Se aprovado, no limite
máximo de 01 vez a cada 15 dias)

Embutidos - Linguiças ou salsichas – máximo 15% de gordura – no máximo 01 vez por
semana (considerando 07 almoços por semana)

Empanados – no máximo 01 vez por semana (considerando 07 almoços por semana).

Carne moída e derivados (hamburguer ou almôndega ou quibe frito) – no máximo 01 vez
por semana (considerando 07 almoços por semana).

Não serão aceitos como pratos principais/protéicos: pizza de frios, lasanha, panquecas e
derivados.

Estes itens são aceitos como complementos.

Porcionamento básico:

Arroz / Feijão - arroz mínimo 200g (cozido) – feijão mínimo 180g (cozido);

Carnes em geral - Mínimo 100g/cozido sem osso;

Complementos (02 variedades) – Mínimo 220g farináceos (polenta, purê, macarrão,
lasanha, panqueca, quirera e demais complementos).

A utilização de vegetais folhosos cozidos (espinafre, repolho etc ..) deve ser observada,
pois em marmiteix vegetais folhosos cozidos tendem a ressaltar odor e modificar a
aparência.

Embutidos -Linguiças e salsichas: 2 unidades médias= 1 porção (100g líquido) ou 01
unidade + 01 ovo cozido (somando 100g) – na frequência máxima já citada.

Vegetais cozidos –200g/ por porção.

Vegetais crus (salada a parte da marmita) mínimo100g (50g de textura sólida e mais 50g obrigatoriamente de folhas verdes) - no almoço.

Frutas mínimo 100 g – peso líquido por porção . 1ª Qualidade, preferencialmente de época, variadas, descascadas e picadas (quando for o caso)

Este item (frutas) é parte integrante da refeição e não pode ser suprimido – mínimo 04 vezes por semana – no almoço.

Doces: no máximo 03 vezes por semana – no almoço.

OBSERVAÇÕES:

CARDÁPIOS/RECEPÇÃO/DISTRIBUIÇÃO

- a) O cardápio mensal deverá obrigatoriamente ser elaborado e assinado por nutricionista responsável técnica da empresa fornecedora, com carimbo que contenha número de registro no Conselho regional de Nutrição (CRN).
- b) O cardápio a ser servido no mês deverá ser enviado ao Centro de Sócioeducação até o dia 25 do mês anterior para acompanhamento;
- c) Modificações ocasionais no cardápio pela empresa devem ser encaminhadas por e-mail à direção do Cense com no mínimo 24 horas de antecedência;
- d) O cardápio proposto poderá ser modificado pela nutricionista da SEDS, respeitando a tabela de referência de nutricional;
- e) O cardápio já servido no mês deve ser encaminhado junto à nota fiscal do mês referente pela empresa fornecedora;
- f) Não se admite cardápios diferenciados entre adolescentes internos e funcionários.
- g) As marmidas/cubas devem ser entregues no local em temperatura não inferior a 60°C;
- h) É responsabilidade da empresa fornecedora a manutenção da temperatura até o momento da entrega;
- i) É responsabilidade da empresa o fornecimento e reposição das hot boxes e garrafas térmicas utilizadas no servimento;
- j) É responsabilidade da empresa o recolhimento das hotboxes utilizadas, bem como o recolhimento das sobras;

- k) Quando detectadas alterações de cor, sabor, aroma ou quantidade de amostra enviada a parte para avaliação no momento da entrega, o motorista da empresa será informado bem como a nutricionista responsável técnica. Nestes casos a empresa deve providenciar a troca da quantidade entregue em até 01 hora;
- l) A Direção do CENSE / Casa de Semiliberdade designará funcionário responsável para a recepção e avaliação da amostra no momento da entrega;

*** Uma vez recebida a alimentação, esta encontra-se sob responsabilidade da Direção do CENSE.

HORÁRIO DE ENTREGA:

As refeições (almoço) serão entregues nos CENSES duas vezes ao dia, inclusive sábados, domingos e feriados. Os horários de entrega serão definidos pela Direção de cada CENSE, variando entre 10:30 e 11:30h (almoço).

SERVIMENTO BALCÃO TÉRMICO:

Admite-se o servimento em formato "servimento/granel" para funcionários e/ ou adolescentes quando a estrutura física do CENSE permitir este tipo de fornecimento, mediante autorização da Direção do CENSE mantendo-se a qualidade, variedade e quantitativos/pessoa citados acima. Neste caso a manutenção da temperatura/funcionamento do balcão térmico é responsabilidade da empresa fornecedora.

ESPECIFICAÇÕES DESJEJUM E LANCHE DA TARDE:

Desjejum:

Composto de 02 pães franceses por adolescente/ funcionário – peso mínimo 50g/unidade. Com complemento margarina vegetal sem sal (mínimo 10g/porção) ou doce (mínimo 10g/porção) – alternados.

Líquidos: café com leite pasteurizado integral e açúcar – mínimo 300 ml (04 vezes por semana); achocolatado (mínimo 10g/porção) com leite pasteurizado integral – mínimo 300ml (03 vezes por semana).

Lanche da tarde:

Composto de 02 pães franceses por adolescente/ funcionário – peso mínimo 50g/unidade. Com complemento margarina vegetal sem sal (mínimo 10g/porção) ou doce (mínimo 10 g/porção) alternados – 04 vezes por semana e mortadela (02 fatias de no mínimo 15g/cada) com maionese (mínimo 10g)– 03 vezes na semana.

Líquidos: café com leite pasteurizado integral e açúcar – mínimo 300 ml (04 vezes por semana); achocolatado (mínimo 10g/porção) com leite pasteurizado integral – mínimo 300ml (03 vezes por semana).

- e) Os pães devem chegar ao Cense já cortados e com os respectivos complementos.
f) Dependendo da conveniência em cada Cense, admite-se que os complementos sejam

“passados” no Cense – mediante autorização da Direção.

HORÁRIO DE ENTREGA:

O desjejum e o lanche da tarde serão entregues nos CENSES diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados. Os horários de entrega serão definidos pela Direção de cada CENSE, variando entre 05:30 e 07:00h (desjejum) e o lanche da tarde entre 14:00 e 15:30h. Os itens perecíveis devem ser mantidos refrigerados até o momento do preparo, e consumidos imediatamente à entrega no CENSE. O tempo entre a preparação e a entrega não pode exceder 02:00 horas.

Especificação mínima – mortadela

Produto cárneo industrializado, obtido de uma emulsão das carnes de animais de açougue, acrescido ou não de toucinho, adicionado de ingredientes, embutido em envoltório natural ou artificial, em diferentes formas, e submetido ao tratamento térmico adequado.

Composição: carnes de diferentes espécies de animais de açougue ou carnes mecanicamente separadas até o limite máximo de 60%, toucinho, amido (máximo 5%), proteína vegetal ou animal (mínimo de 12%), sal, umectante (lactato de sódio), realçador de sabor (glutamato monossódico), estabilizante (tripolifosfato de sódio), antioxidante, nitrato e nitrito de sódio (conservadores), óleos essenciais e especiarias, condimentos naturais e umidade, com limite máximo de 65%, gordura (máximo de 30%) e carboidratos totais (máximo 10%, somando amido máximo e açúcares totais). Deverá ser embutida adequadamente para as condições de armazenamento e que assegure uma proteção apropriada contra a contaminação. Os envoltórios poderão estar protegidos por substâncias glaciantes que deverão estar aprovadas junto ao órgão competente. Mortadela fatiada, resfriada, com peso de 15 (quinze gramas) cada fatia, produto de primeira qualidade. Recheiar o pão com duas fatias.

Especificação mínima – pão francês

Composição: farinha de trigo especial enriquecida de ferro e ácido fólico, sal, açúcar, água, reforçador, óleo emulsificante ou condicionador e fermento (seco e biológico).

A casca deverá ser dourada na parte superior e marrom na inferior, com espessura aproximada de 1 a 2 mm, não dura e sim crocante, sem a presença de pestana ou incisão da massa.

Com miolo consistente, de cor creme, com cavidades irregulares, textura macia, aveludada, sedosa e elástica. O volume deverá ser normal para o peso (50 gramas), simétrico, uniformidade no assado, aroma e sabor típicos, com quebra uniforme e visível.

* Todos os gêneros alimentícios deverão estar dentro de criteriosos padrões de qualidade, higiene, apresentação e conservação;

* Em casos de indícios de deterioração ou contaminação de um ou mais alimentos que integram o cardápio diário, somente detectáveis através de procedimentos laboratoriais,



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

estes serão realizados unicamente às expensas da Contratada;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 020/2012

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS A GUARDA MIRIM Nº 020/2012 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A EMPRESA CLAITON FERNANDO TODESCHINI

PROTOCOLADO Nº 11.767.062-7

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento o reajuste no valor mensal contratual de 6,88%, previsto na Cláusula Sétima do CONTRATO nº 020/2012, passando o valor mensal máximo do objeto contratual, previsto em sua Cláusula Terceira, para até R\$ 59.606,97 (cinquenta e nove mil, seiscentos e seis reais e noventa e sete centavos), com efeitos financeiros a contar de 05 de junho de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do CONTRATO nº 020/2012.

Curitiba, 16 de dezembro

de 2013.

Fernanda Bernardi Vieira Richa
**Secretária de Estado da Família e
Desenvolvimento Social – SEDS**

TESTEMUNHAS:

1.....RG.....

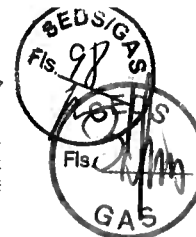
2.....RG.....



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 020/2012 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES À GUARDA MIRIM, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E A EMPRESA CLAITON FERNANDO TODESCHINI.

Pelo presente instrumento de um lado o **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, com sua sede fixada no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, 6º andar, Curitiba - PR, CNPJ/MF n.º 09.088.839/0001-06, representada por sua Secretária, **Fernanda Bernardi Vieira Richa** doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa Claiton Fernando Todeschini, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.138.324.0001-77, com sede à Rua Antônio Gentil, 382, no Município de Colombo/PR, representada neste ato pelo Sr. **Claiton Fernando Todeschini**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **Termo Aditivo** ao **Contrato nº 20/2012**, constante do Protocolado nº 11.155.685-7 referente a prestação de serviços de fornecimento de refeições à Guarda Mirim.

CLAÚSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO

O prazo de vigência da prorrogação do contrato nº 020/2012 é de 10 meses a partir de 01/03/2013.

CLAÚSULA SEGUNDA: DO VALOR

O valor do presente Termo não sofrerá alteração, de modo que pelo fornecimento da alimentação a contratada receberá o valor mensal de até R\$ 55.770,00 (cinquenta e cinco mil setecentos e setenta reais) mensais e até R\$ 557.700,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil e setecentos reais) para o período de 10 meses.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

Os valores por refeições atualmente contratados são:

- a) Café da manhã- valor unitário R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos)
- b) Almoço – valor unitário R\$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos)
- c) Lanche da tarde – valor unitário R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos)

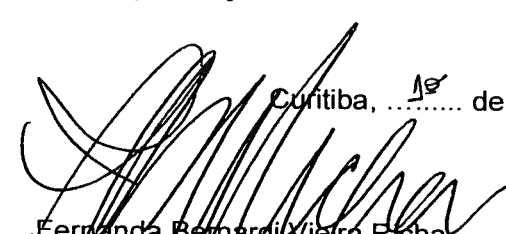
CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas derivadas do presente termo correrão a conta da Dotação Orçamentária 5502.08243174.214 – Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente – Rubrica Orçamentária 3390.3918 – Fornecimento de Alimentação – Fontes de Recursos 100, 109, 142.

CLÁUSULA QUARTA: DA RETIFICAÇÃO

Na cláusula primeira, parágrafo primeiro do contrato 020/2012 onde lê-se “são refeições com entregas diárias, ininterruptas, inclusive feriados, leia-se: “são refeições com entregas de segunda a sexta-feira, por 22 dias no mês, não contendo jantar”.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

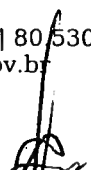

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e
Desenvolvimento Social – SEDS


Claiton Fernando Todeschini
Claiton Fernando Todeschini

Curitiba, 18 de março de 2013

TESTEMUNHAS:

- 1.....RG.....
- 2.....RG.....





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 020/2012 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES A GUARDA MIRIM CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E A EMPRESA CLAITON FERNANDO TODESCHINI.

Pelo presente instrumento de um lado o **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, com sua sede fixada no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, 6º andar, Curitiba - PR, CNPJ/MF n.º 09.088.839/0001-06, representada por sua Secretária, **Fernanda Bernardi Vieira Richa** doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a **Empresa Claiton Fernando Todeschini**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.138.324/0001-77, com sede à Rua Antonio Gentil, 382 no Município de Colombo- PR, representada neste ato pelo Sr Claiton F. Todeschini doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 20/2012**, constante do Protocolado nº 11.155.685-7, referente a prestação de serviços de fornecimento de refeições aos adolescentes da Guarda Mirim.

CLAÚSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO

O prazo de vigência da renovação do contrato nº 20/2012 é de **01/01/2014 a 31/10/2014**.

CLAÚSULA SEGUNDA: DO VALOR

O valor do presente Termo é da ordem de até R\$ 59.606,97 (cinquenta e nove mil seiscientos e seis reais e noventa e sete centavos), mensais e até R\$ 596.069,70 para o período de 01/01/2014 a 31/10/2014.

Os valores por refeições contratados são:

- a) Café da manhã- valor unitário R\$ 2,24 (dois reais e vinte e quatro centavos)
- b) Almoço – valor unitário R\$ 4,54 (quatro reais e cinquenta e quatro centavos)
- c) Lanche da tarde – valor unitário R\$ 2,24 (dois reais e vinte e quatro centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas derivadas do presente Termo correrão a conta da Dotação Orçamentária 5502.08243174.214 – Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente SEDS – Rubrica Orçamentária 3390.3918 – Fornecimento de Alimentação – Fonte de Recurso 100.

CLÁUSULA QUARTA: DA GARANTIA

Por ocasião da assinatura do presente Termo a CONTRATADA obriga-se a apresentar Seguro Garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do Termo Aditivo.

Parágrafo Primeiro

A empresa manterá a garantia durante todo o período de vigência do Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato originário não alteradas ou modificadas pelo presente ficam expressamente ratificadas pelas partes.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 26 de Dezembro de 2013.

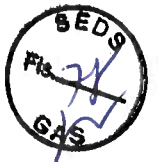

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e
Desenvolvimento Social


Claiton F. Todeschini
Claiton Fernando Todeschini

TESTEMUNHAS:

1.....RG.....

2.....RG.....

**Comércio, Indústria e Serviços****Governo do Estado****Governador**
Carlos Alberto Richa**Vice-governador**
Flávio José Arris**Secretaria de Governo**
Cezar Silvestri**Casa Civil**
Reinhold Stephanes
Loriane Leisli Azeredo**Chefe da Casa Civil**
Diretora-Geral**Casa Militar**
Adilson Castilho Casitas
Elio de Oliveira Manoel**Chefe da Casa Militar**
Sub-Chefe da Casa Militar**Procuradoria Geral do Estado**
Braulio Cesco Fleury**Procurador-Geral**
Chefe de Gabinete**Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)****Diretor Presidente**
Ivens Moretti Pacheco**Diretor Administrativo Financeiro**
Geraldo SerathiukRua dos Funcionários, 1645
80035-050 | Cabral I Curitiba I Paraná

Informações PABX 3313-3200

Secretarias e Órgãos**Secretaria de Estado da Família,
e Desenvolvimento Social****EXTRATO – SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 020/12**PROTOCOLO: 13.005.493-5/2013
OBJETO: Prorrogação do contrato 020/2012 de 01/01/2014 a 31/10/2014
CONTRATADA: Empresa Claiton Fernando Todeschini
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 5502.08243174.214.214, rubrica 3390.3918, fontes 100Curitiba, 26/12/2013
Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado – SEDS**R\$ 72,00 - 2399/2014****SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL-SEDS**

TERMO DE AJUSTE	
TERMO	102/2013
PROTOCOLO	11.371.058-6
OBJETO	Constitui objeto deste Termo de Ajuste a consecução de ações descritas no Projeto "ESFORCI – Escola de Formação e Cidadania investindo na Formação e Cidadania de Nossas Crianças e Adolescentes. Prioridade Absoluta" encartado no protocolo nº 11.371.058-6 aprovado pela SEDS, que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independentemente de sua transcrição, visando com o Projeto Técnico Sócio Assistencial garantir o eficaz atendimento das crianças e adolescentes dentro do Município de Itaperiçu, em especial, melhorar a qualidade e dar maior agilidade nos serviços presta-

mente de sua transcrição, objetivando garantir a prioridade de atendimento à crianças e ao adolescente, por meio de um trabalho de inclusão socioprofissional, através de cursos de aprendizagem e ações que buscam a auto-realização, o resgate de valores e da formação de um cidadão crítico, consciente de seu papel na sociedade e agente de construção de sua vida pessoal e profissional, conseqüentemente, despertando comportamentos, atitudes e conhecimento específicos para o mercado de trabalho.

FUNDAMEN-TO:	Lei Federal 8.666/93, Lei Estadual 15.608/2007, Decreto Estadual 6.191/2012.
VIGÊNCIA:	24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser excepcionalmente prorrogado, desde que solicitado até 60 dias antes do término do prazo
AUTORIZA-ÇÃO GOVERNAMENTAL:	Autorizado pelo Senhor Governador do Estado em 10/12/2013
PARTÍCIPES:	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS e a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família de Itaperiçu - APMIF.

R\$ 240,00 - 2405/2014**SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL-SEDS**

TERMO DE AJUSTE	
TERMO	100/2013
PROTOCOLO	11.882.425-3
OBJETO	Constitui objeto deste Termo de Ajuste a consecução de ações descritas no Projeto encartado no protocolo nº 11.882.425-3 aprovado pela SEDS, que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independentemente de sua transcrição, visando com o Projeto Técnico Sócio Assistencial garantir o eficaz atendimento das crianças e adolescentes dentro do Município de Itaperiçu, em especial, melhorar a qualidade e dar maior agilidade nos serviços presta-

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 020/2012 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES A GUARDA MIRIM CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E A EMPRESA CLAITON FERNANDO TODESCHINI.

Pelo presente instrumento de um lado o **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, com sua sede fixada no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, 6º andar, Curitiba - PR, CNPJ/MF n.º 09.088.839/0001-06, representada por sua Secretária, **Fernanda Bernardi Vieira Richa** doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a **Empresa Claiton Fernando Todeschini**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.138.324/0001-77, com sede à Rua Antonio Gentil, 382 no Município de Colombo- PR, representada neste ato pelo Sr Claiton F. Todeschini doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 20/2012**, constante do Protocolado nº 11.155.685-7, referente a prestação de serviços de fornecimento de refeições aos adolescentes da Guarda Mirim.

CLAÚSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO

O prazo de vigência da renovação do contrato nº 20/2012 é de **01/11/2014 a 31/10/2015**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O valor do presente Termo é da ordem de até R\$ 63.695,04 (sessenta e três mil seiscentos e noventa e cinco reais e quatro centavos), mensais e até R\$ 764.340,48 para o período de 12 meses.

Os valores por refeições contratados são:

- a) Café da manhã- valor unitário R\$ 2,39 (dois reais e vinte e trinta e nove centavos)
- b) Almoço – valor unitário R\$ 4,85 (quatro reais e oitenta e cinco centavos)
- c) Lanche da tarde – valor unitário R\$ 2,39 (dois reais e trinta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas derivadas do presente Termo correrão a conta da Dotação Orçamentária 5502.08243174.214 – Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente SEDS – Rubrica Orçamentária 3390.3918 – Fornecimento de Alimentação – Fonte de Recurso 100.

CLÁUSULA QUARTA: DA GARANTIA

Por ocasião da assinatura do presente Termo a CONTRATADA depositou a título de caução e como garantia do cumprimento de suas obrigações contratuais a importância de 5% (cinco por cento) do valor total do Termo Aditivo conforme apólice de seguro número 98217 do Banco Brencia Seguros datada de 02/02/14 a 31/10/15.
No caso de garantia na modalidade “seguro garantia”, esta deverá ter período de validade durante a vigência do Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato originário não alteradas ou modificadas pelo presente ficam expressamente ratificadas pelas partes.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 20 de outubro de 2014


Maristela Marchioro Chudzy
Secretária de Estado da Família e
Desenvolvimento Social – SEDS


Claiton F. Todeschini
Claiton Fernando Todeschini

TESTEMUNHAS:

1.....RG.....

2.....RG.....



Cedente – Faculdade de Pato Branco - FADEP
Objeto: Fica firmado por 24 (vinte e quatro) meses a vigência do Termo de Convênio.

Vigência: 02/10/2014 a 02/10/2016.
Nº 1366.1

Cedente – Faculdade Educacional da Lapa - FAEL
Objeto: Fica firmado por 24 (vinte e quatro) meses a vigência do Termo de Convênio.

Vigência: 07/10/2014 a 07/10/2016.
Nº 1386.1

Cedente – Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL
Objeto: Fica firmado por 24 (vinte e quatro) meses a vigência do Termo de Convênio.

Vigência: 06/10/2014 a 06/10/2016.
Nº 1394.1

Cedente – Faculdade Dinâmica das Cataratas -UDC
Objeto: Fica firmado por 24 (vinte e quatro) meses a vigência do Termo de Convênio.

Vigência: 06/10/2014 a 06/10/2016.
Nº 1289.2

Cedente – Faculdade Herrero
Objeto: Fica firmado por 24 (vinte e quatro) meses a vigência do Termo de Convênio.

Vigência: 29/09/2014 a 29/09/2016.
Nº 1409.1

Cedente – Faculdades Integradas do Brasil - UNIBRASIL
Objeto: Fica firmado por 24 (vinte e quatro) meses a vigência do Termo de Convênio.

Vigência: 07/10/2014 a 07/10/2016.
Nº 1421.1

Cedente – Faculdade Educacional de Araucária - FACEAR
Objeto: Fica firmado por 24 (vinte e quatro) meses a vigência do Termo de Convênio.

Vigência: 02/10/2014 a 02/10/2016.
Nº 1426.1

Cedente – Faculdade Guairacá
Objeto: Fica firmado por 24 (vinte e quatro) meses a vigência do Termo de Convênio.

Vigência: 07/10/2014 a 07/10/2016.

Curitiba, 21 de outubro de 2014.

Dinorah Botto Portugal Nogara

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

R\$ 552,00 - 103279/2014

lidade Fiscal” (folha 110)

II- Publique-se, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 13 de outubro de 2014.

MARISTELA MARCHIORO CHUDZY

Secretária de Estado da

Família e Desenvolvimento Social

R\$ 216,00 - 103246/2014

ERRATA PUBLICAÇÃO -101984/2014

Carta Convite 050/14

ONDE SE LÊ: LUIZ FERNANDO DE SOUZA ARAÚJO

LEIA- SE: LUIZ FERNANDO DE SOUZA JAMUR

R\$ 24,00 - 103361/2014

Extrato – Terceiro Termo Aditivo Contrato nº 020/12

PROTOCOLO: 11.155.685-7

OBJETO: presente Termo é de ordem de até R\$63.695,04 mensais e até R\$ 764.340,48 para o período de 12 meses.

VIGÊNCIA: 01/11/14 a 31/10/15.

CONTRATADA: Empresa Claiton Fernando Todeschini

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 5502.08243174.214,rúbrica 3390.3918,fonte 100.

Curitiba, 22/10/2014

Maristela Marchioro Chudzy

Secretária de Estado – SEDS

R\$ 72,00 - 103391/2014

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SEIL
PARANÁ EDIFICAÇÕES - PRED**

**PARECER DA CONCORRÊNCIA Nº 012/2014 – SRP
PROTOCOLO Nº 13.165.103-0**

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em Construção Civil para a execução de reparos nas unidades da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, localizadas na Região de Maringá (Maringá, Londrina, Campo Mourão, Santo Antônio da Platina, Umuarama, Apucarana, Cianorte, Ivaipora, Paranavai, Jacarezinho, e Cornélio Procopio). Preço Máximo PRED - Lote Único: R\$ 1.020.000,00. Empresa Classificada/Inabilitada: - KARKLIN PROJETOS ESTRUTURAIS E ENGENHARIA LTDA – ME - Inabilitada pelo descumprimento ao item a.2.3., alínea c (ausência da Certidão de Falência e Concordata). Registre que nesta licitação a empresa participante não atendeu ao edital, resultando o certame **FRACASSADO**. A empresa deverá apresentar a Certidão de Falência e Concordata até às 18:00h (dezoito horas) do dia 30/10/2014, visando o saneamento da irregularidade.

Curitiba, 20 de outubro de 2014.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA JAMUR

DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES – PRED

R\$ 168,00 - 103161/2014

Secretaria da Família e Desenvolvimento Social

Governo do Estado do Paraná

Secretaria de Estado da

Família e Desenvolvimento Social-SEDS

**DESPACHO SECRETARIAL nº 116/2014
PROTOCOLO: 13.248.361-2**

I- AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, II, do Decreto Estadual nº 6.191/2012, com a redação que lhe deu o Decreto nº 10.432/2014, a aquisição de guardanapos de papel, conforme especificações contidas no Memorando nº 14/2014 GAS/SEDS (folha 68 e 69), que serão fornecidos pela empresa adjudicada, PINHAPEL COMÉRCIO DE PAPEL LTDA, conforme Ata do Sistema de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 1/2013, protocolado nº 11.781.106-9, no valor total de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), para atendimento das unidades de socioeducação, escritórios regionais e Sede desta Secretaria, com base na Informação nº 824/2014, do Núcleo Jurídico da administração desta Pasta (folhas 83 a 84), e no Despacho do Secretário da Fazenda, onde “constata-se atendida a exigência do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal” (folha 55).

II- Publique-se, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 06 de outubro de 2014.

MARISTELA MARCHIORO CHUDZY

Secretária de Estado da

Família e Desenvolvimento Social

R\$ 192,00 - 103372/2014

Governo do Estado do Paraná

Secretaria de Estado da

Família e Desenvolvimento Social-SEDS

**DESPACHO SECRETARIAL nº 119/2014
PROTOCOLO: 13.267.416-7**

I- AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, II, do Decreto Estadual nº 6.191/2012, com a redação que lhe deu o Decreto nº 10.432/2014, a aquisição de pastas plastificadas s,elásticos,colas,bobinas e blocos de recado,conforme especificações contidas no Memorando nº 17/2014-GAS/SEDS (folha 03 e 04),que serão fornecidos pelas empresas K&K Papelaria e Informática Ltda-EPP, João Haupt & Cia Ltda, e Cipema Indústria e Comércio Ltda-EPP, adjudicadas conforme Ata do Sistema de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 091/2013, protocolado nº 12.124.710-0, no valor total de R\$ 4.003,00 (quatro mil e três reais),para atendimento das unidades de socioeducação desta Secretaria, com base na Informação nº 287/2014, da Diretoria Geral desta SEDS (folhas 176 e 176-v),e no Despacho do Secretário de Estado da Fazenda,onde “constata-se atendida a exigência do art.42 da Lei de Responsabi-